

O PARADIGMA ECONÔMICO E A MULTIDIMENSIONALIDADE HUMANA

Antônio Bonanomi Neto

“O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la.”

Paulo Freire

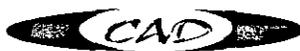
RESUMO: *Este artigo tem como objetivo discutir que durante séculos, as instituições e organizações que dão sustentação ao paradigma econômico Smithiano têm se concentrado em transformar valores humanos em valores econômicos, fazendo crer que a busca de riquezas e a acumulação de capital é o bem supremo da vida e a finalidade última da existência. Ainda que essa prática tenha erguido obstáculos à vida humana associada e tenha dificultado a emergência de uma educação que proporcione ao indivíduo a percepção consciente da sua realidade, também se discute a possibilidade de reduzir os impactos negativos da sociedade centrada no mercado equilibrando os imperativos de ordem econômica com a expressão da multidimensionalidade humana, concluindo que há possibilidade de arrefecer o impacto negativo do modelo econômico vigente na medida em que o acesso à educação favoreça uma nova e mais gratificante ordem social.*

Palavras-chave: Crescimento econômico, globalização, dualização da sociedade, educação e conhecimento.

ABSTRACT: *This article aims to discuss the different ways that, during centuries, the institutions and organizations, that give support to Adam Smith's paradigm, used to change human values into economic values, leading to the conclusion that the pursuit of wealth and capital accumulation are the summum bonum of the life and the final goal of the existence. Even though bringing these principles into practice has brought about some hindrances to human life and made difficult the emergence of an educacional system that would provide to the individuals the awareness of their reality, this paper puts forth the possibility of minimizing the negative impact of an economic centered market. This possibility is to be found mainly in balancing the imperatives of the economic order with the free expression of human multidimensionality. The conclusion is, to say it in a different way, that the negative impact of the predominating economic model will be less important as long as free access to education for all will allow a better social order.*

Key-words: Economic increase, globalization, dualized society, education and knowledge.

Antônio Bonanomi Neto
Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em Engenharia da Produção e Sistemas da
Universidade Federal de Santa Catarina
bonaneto@zipmail.com.br



INTRODUÇÃO

Este artigo sugere a combinação de dois fatores aparentemente opostos: de um lado o crescimento econômico, que privilegia o capital, o lucro e a busca desenfreada de riquezas sob a premissa de acumulação de capital e exclusão social e, de outro lado, o ser humano, cuja multidimensionalidade vem sendo restringida, há mais de três séculos, à medida que a sociedade centrada no mercado valoriza apenas talentos e habilidades que tenham valor econômico. Intermediando esses dois fatores, recomenda-se que a educação direcione o foco da sua atenção para reformar mentalidades, de modo que os indivíduos desenvolvam competências para civilizar o modelo econômico.

Discute-se que o atual paradigma econômico sustentado no interesse próprio, a partir da publicação de *A Riqueza das Nações* por Adam Smith, em 1776, ao invés de restringir, pode evoluir no sentido de ampliar as opções das gerações atuais e futuras.

Inferre-se que a predominância das instituições financeiras e econômicas como fenômenos centrais da vida humana associada, ancoradas na produção econômica e no consumo, não são mais suficientes para fazer prosperar a humanidade. O argumento é que a democratização da instrução e do conhecimento também são geradores de prosperidade, à medida em que favorecem a expressão de valores pessoais e sociais, contribuindo para romper com velhas estruturas de poder, cuja prática tem se revelado ineficaz ao obscurecer a multidimensionalidade da existência humana.

O COLAPSO DAS EXPECTATIVAS

A monetarização da sociedade poderia ter-se consagrado como o mecanismo mais eficaz para gerar abundância, riqueza e prosperidade em todas as nações, ajudando pessoas e comunidades a se sentirem mais capazes e mais auto-suficientes. Decorridos três séculos, de um total de 162 países, apenas 21 apresentam um *Índice de Desenvolvimento Humano* satisfatório,

indicando que os valores do modelo econômico de riqueza e poder deixam de satisfazer as necessidades humanas da maior parcela dos países¹. A preocupação central dos indivíduos e governos em, vaidosamente, medir seu sucesso pela acumulação de capital, ao invés de ordenar as sociedades e garantir bem-estar, provocou o colapso das expectativas humanas ao transformar o mundo num espaço hostil.

Pode-se compreender o colapso das expectativas tecendo considerações sobre algumas conseqüências indesejáveis do paradigma econômico:

- Escassez de emprego e renda;
- Globalização e pobreza.
- Dívida externa, exclusão e desemprego.

Velhas certezas de que o modelo econômico Smithiano sustentado no interesse próprio e no liberalismo, adotado há mais de duzentos anos, eliminaria as mazelas da experiência humana que gravitam entre o “ser” e o “ter”, estão enfraquecidas diante do colapso da sociedade centrada no mercado.

Na obra de Albert O. Hirschman *As Paixões e os Interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo* (apud Pena, 1987, p.106), o autor examina as idéias ocidentais defensoras do mercado como uma instituição produtora não apenas de riqueza e prosperidade, mas, sobretudo, de paz e justiça, expressando-se: “Minha pretensão é que a difusão das formas capitalistas deveram muito a uma desesperada busca de um modo de evitar a ruína da sociedade, ameaçada permanentemente na época devido aos precários arranjos no que se referia à ordem interna e externa” (grifo do autor).

Depois do seu triunfo, o modelo impôs que a sobrevivência na sociedade centrada no mercado só ocorreria pelo exercício de atividade remunerada. Contudo, paradoxalmente, evidenciou incapacidade para gerar emprego e distribuir renda à população (que deveria ser) economicamente ativa. O modelo econômico em discussão explicita sua incoerência intrín-

seca no que concerne à sua aplicação efetiva na sociedade, reconhecendo-se que a sociedade atual não provocou o esgotamento do modelo, mas é depositária das fragilidades do discurso liberal de Adam Smith de que a “lei da oferta e da procura proporcionaria emprego para todos os indivíduo que estivessem dispostos a trabalhar.” (Ramos, 1989, p. 102).

A constatação de que emprego e renda estão escassos, ameaça o convívio pacífico dos povos e fragiliza os relacionamentos sociais por sua submissão ao velho jogo do tipo ganhador-perdedor, considerando cidadãos somente aqueles que participam da ordem econômica de forma produtiva. Esta evidência é retratada por Mill (apud Ramos, 1989, p. 103), do seguinte modo:

Confesso que não estou encantado com o nível de vida defendido pelos que acham que o estado normal dos seres humanos é o de lutarem para ganhar a vida; que espezinhar o próximo, esmagá-lo, acotovelá-lo e caminhar um grudado nos calcanhares do outro – como se constitui hoje o tipo de vida social, seja o que mais se pode desejar para a humanidade, ou que seja algo mais que sintomas desagradáveis de uma das faces do progresso industrial.

O paradigma econômico alimenta-se do consenso liberal de conceder ilimitados poderes ao capital com o mínimo de direitos para o trabalho. Praticado há quase três séculos, deixou gradualmente de representar “os esforços das pessoas comuns para prover suas necessidades e levar uma vida decente” (Lux, 1993, p. 17) para tornar-se útil a apenas uma parcela da humanidade, amparado em duas condicionantes: *acumulação de capital* (usura) e *exclusão*. Temos, então, que “16% da população controla 80% da riqueza mundial” (revista O Brasil Endividado: p. 17). A este respeito, é esclarecedor transcrever Morgan (1996, p.317):

O modo como as populações de países do Terceiro Mundo se tornaram dependentes do trabalho assalariado como fonte de sobrevivência apresenta um paralelo com aquilo que ocorreu na Europa durante a Revolução Industrial. A criação de uma classe trabalhadora dependente ocorreu como consequência do desaparecimento dos meios tradicionais de sobrevivência. Um processo exatamente análogo ainda ocorre hoje nos países do Terceiro Mundo. A criação de empresas multinacionais tende a eliminar a agricultura local e a indústria e o artesanato tradicional, criando uma classe trabalhadora sem posses e um mercado para o trabalho não especializado.

Na esteira do seu abrangente poder, ganha força a falácia da *globalização* contaminada pelo modelo econômico, que na análise de Henderson (1991, p.81 e 82) significa a manutenção do *status quo* dos países mais industrializados por conta:

- da *globalização* dos efeitos do industrialismo na biosfera (poluição);
- das oscilações das principais bolsas de valores;
- da volatilidade e migração do capital que desestabiliza e arrasa as economias locais;
- dos trilhões de dólares de investimento na militarização para produção e venda de armamentos, armas nucleares e químicas;
- da cultura do consumo e dos movimentos impulsionados pela mídia.

A *globalização* ou *mundialização* difunde a idéia de que o alto índice de desenvolvimento humano alcançado nos países do primeiro mundo se generalize, deixando de ser apenas um fenômeno localizado para se universalizar. Pode levar à crença de que a expansão da economia de mercado estende os benefícios do progresso para todas as sociedades que, porventura, tenham o *privilégio* de receber

investimentos estrangeiros. Entretanto, essa crença não se sustenta em bases sólidas.

A globalização é, em larga medida, um mito, uma ideologia que tende a parar as iniciativas nacionais, poderosa o suficiente para submeter os países do Terceiro Mundo à aceitação passiva de um processo inexorável de desenvolvimento das forças produtivas em escala. É importante lembrar que a globalização não é conceito sério. Foi inventada pelos americanos para justificar a intromissão nas economias de outros os países e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre são causa de graves problemas (Galbraith, 1998).

Suas ações mercantilistas estão consagradas na desenfreada busca por riquezas pela expansão das atividades econômicas internacionais, atuando em bases desiguais de troca: de um lado, amplia o acesso ao consumo; de outro, tem o poder de criar descompasso na produção local, estimular a privatização e gerar desemprego.

A pobreza, mais acentuada no Terceiro Mundo, é sistematicamente produzida pela ação das multinacionais envolvidas com a extração de matérias-primas e de gêneros alimentícios. Elas são detentoras dos controles das operações, da tecnologia e das receitas que jamais são transferidos, parcerizados ou ensinados nos países explorados. Permanecem com as multinacionais e seus países de origem, sem elevar o padrão sócio-econômico dos povos *terceiromundistas*, conforme Morgan (1996). O autor menciona que mesmo os economistas liberais verificam na ação predatória das multinacionais uma ampliação, ao invés de redução, da diferença entre ricos e pobres. Cita, então, comentário da economista Teresa Hayter de que “estas empresas estão envolvidas com a criação da pobreza mundial.” Ele esclarece que o Terceiro Mundo, apesar da fome em larga escala, tornou-se grande exportador de alimentos e a pobreza foi freqüentemente *produzida* pelo processo de desenvolvimento. Não é surpreendente constatar que “o consenso liberal perdeu força na razão direta dos seus efeitos perversos sobre as

condições de vida em todo o planeta. A questão da pobreza está de volta à agenda.” (Folha de São Paulo, 16.09.99, 2 caderno).

É importante aduzir observação que Keynes (apud Ramos, 1989, p.1) fez cerca de setenta anos passados sobre a natureza do desenvolvimento econômico:

o desenvolvimento econômico decorreu da avareza, da usura, da precaução – tudo isso coisas que ele desprezava. Concluiu ele, todavia, que por mais algum tempo precisavam elas continuar a ser os nossos deuses, porque somente elas nos podem fazer sair do túnel da necessidade econômica. No contexto das precárias condições que se esperava fossem ainda perdurar por algum tempo, Keynes recomendou que se fizesse de conta, para nós mesmos e para todo mundo, que o certo é errado e o errado é certo; porque o errado é útil e o certo não é.

Nos anos 90, os países considerados *em desenvolvimento* deviam o equivalente a US\$2 trilhões às instituições dominantes como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o G7², intermediados pela Organização Mundial do Comércio, Organização do Tratado do Atlântico Norte e o governo dos Estados Unidos – pilares da atual ordem capitalista mundial (O Brasil Endividado, 1996).

Contudo, o endividamento não gerou crescimento econômico nem significou novos investimentos nos países tomadores de crédito. Resultou, isto sim, num aprofundamento da dependência das nações o Terceiro Mundo, cujos governos contraem dívidas que comprometem o patrimônio nacional.

Esse modo de dominação predatória produz dados alarmantes das desigualdades estruturais. No quadro 1 são apresentadas algumas das conseqüências da acumulação de capital e a supressão da distribuição de renda, impossibilitando à população economicamente ativa auferir renda para reduzir a pobreza:

Quadro 1

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E EXCLUSÃO

Acumulação	Exclusão
<ul style="list-style-type: none"> • No mundo, 30 milhões de pessoas morrem de fome ao ano, enquanto a fortuna dos três mais ricos é igual à soma do PIB de 64 países (o equivalente a 600 milhões de pessoas). 	<ul style="list-style-type: none"> • De 4,4 bilhões vivendo nos países em desenvolvimento: <ol style="list-style-type: none"> 1. 1/3 não têm acesso à água; 2. 25% sem moradia adequada; 3. 20% sem acesso a serviços médicos
<ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, 62% da PEA (população economicamente ativa) não têm vínculo empregatício, enquanto 10% dos mais ricos controlam 50% da renda nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, da população de 170 milhões (IBGE 2000): <ol style="list-style-type: none"> 1. 4,8 milhões vivem com 1 salário mínimo; 2. 14 milhões têm 60 anos ou mais e estão fora do mercado de trabalho; 2,8 milhões têm renda superior a 4 salários mínimos.

Fontes: Gazeta Mercantil, 12.09.2000; Folha de São Paulo, 16.09.2000; IBGE 2001

A economia tradicional concentra-se em aumentar continuamente o PIB. Em nome da “eficiência econômica global”, os governos das nações mais ricas e a economia privada das multinacionais esforçam-se por homogeneizar as culturas e estilos de vida, além de contribuir para o arrasamento dos ecossistemas.

No Ocidente, geram bem-estar social, trabalho e renda para cerca de 810 milhões de pessoas que vivem nos países dos blocos econômicos União Européia e NAFTA³, enquanto as Américas Central e Sul, por exemplo, pagam pesado tributo social pelo *desemprego estrutural* - redução do postos de trabalho, e pelo *desemprego conjuntural* - decorrente de crises econômicas. São conseqüências da eficiência econômica global evidenciando a dualização da sociedade, ampliando o abismo entre ricos e pobres. Os ricos permaneçam confortáveis em suas posições, excluindo das vantagens do paradigma econômico os menos afortunados e os pobres. Essa atual dialética acaba por tornar a competição desigual entre os dois lados, pois os ricos têm influência e dinheiro, criando uma democracia dos afortunados (Galbraith, 1996).

O desemprego, a globalização e a pobreza e o endividamento são desafios gigantescos. Sob a ótica do paradigma econômico atual deverão permanecer, principalmente em nações onde as políticas para geração de emprego, renda e auto-suficiência estão desarticuladas, e cujos governos perderam parte ou toda capacidade de influenciar as evoluções econômicas nacionais.

O modelo econômico tem suas raízes na satisfação do interesse próprio egoísta, desprezando nas suas práticas virtudes como a honestidade, a cooperação, a justiça e a reciprocidade. Não há como alimentar expectativas de mudança na ordem econômica sem acrescentar-lhe princípios que estejam acima e além do interesse próprio, dando sua parcela de contribuição para a formação de uma sociedade mais justa, com maior preocupação social. Em termos gerais, a sociedade justa deve garantir a todos o acesso a uma vida gratificante e oportunidade econômica para ascensão social. Para isso é preciso um crescimento da economia, criando empregos para todos. Ninguém deve ser deixado de fora sem renda (Galbraith, 1996).

ASPECTOS DA DOMINAÇÃO E DA DEPENDÊNCIA

As definições de uma nova ordem mundial que redirecione investimentos nas áreas da geração de empregos, erradicação da pobreza, restauração ambiental, além da redução da dependência econômica dos países terceiromundistas pelo fomento de um desenvolvimento equitativo e sustentável, têm sido objeto da atenção da ONU, UNESCO, OMS, UNEP, OIT, FMI⁴, além de outras estruturas de intermediação internacional. Apesar das suas ações, os problemas que estamos apontando estão longe de ser solucionados.

A ordem econômica a que estão submetidas não viabiliza o encaminhamento de soluções que contemplem o ser humano. São depositárias, desde 1776, da falácia de que o modelo econômico criaria a sociedade per-

feita. Durante séculos, instituições e organizações experimentaram e repetiram fórmulas para perpetuar esse paradigma, fazendo crer que a busca de riquezas e a acumulação de capital é o bem supremo da vida e a finalidade última da existência. Desde o século XVI, quando alguns países europeus encontraram na navegação um meio de ampliar seus ganhos internacionalizando o mercado, até a complexidade da economia mundial dos dias de hoje, algumas ações dos dirigentes das instituições e organizações têm se concentrado em ocupar, dominar e mercantilizar, agigantando-se e prevalecendo sobre praticamente todas as atividades humanas.

Este processo tem contribuído para:

- reduzir o espaço existencial humano, dificultando a manifestação da sua multidimensionalidade;
- enfatizar que o ser humano é menor que a economia e as organizações;
- alienar o homem por força de uma estruturação social – “a cultura, o Estado e as instituições” (Ramos, 1983, p. 54), induzindo ao conformismo.

Neste sentido, (Ramos, 1989, p.141) enfatiza: “Onde quer que o homem vá, nunca sai do mercado” Na abordagem do autor, “os valores humanos tomaram-se *valores econômicos* (...). Deixado à sua própria dinâmica, o sistema de mercado trabalha contra a constituição da vida humana associada, entendida como uma comunidade de homens e mulheres” (p.38). A expectativa do mercado é que todo indivíduo submeta-se às regras do jogo econômico que exclui da experiência humana tudo o que não é quantificável e mensurável.

Ainda que muitos teóricos e estudiosos evidenciam sinais de que “as pessoas buscam estilos de vida que transcendem os padrões normativos que dominam a sociedade como um todo” (Ramos, 1989, p.151), que “o homem não é um receptor passivo de estímulos provenientes do mundo exterior, mas em sentido muito concreto, *cria seu universo*” (Bertalanffy, 1968, p.257), reco-

nhecemos que a economia, “que é a ciência social matematicamente mais avançada, é também a ciência social humanamente mais atrasada, já que se abstrai das condições sociais, históricas, políticas, psicológicas, ecológicas inseparáveis das atividades econômicas” Morin (2000, p. 42). Ao invés da multidimensionalidade, o modelo econômico prefere a unidimensionalidade humana (redução das possibilidades de compreensão e de reflexão), mantendo sua condição de *homo economicus*, herdeiro do *industrialismo* inglês do século XVIII⁵ e da industrialização dos Estados Unidos ao início de 1800.

A dominação subjacente às instituições e às organizações que dão visibilidade ao modelo econômico, plasmou no tecido social a realidade de que os interesses do capital transcendem a condição humana. Historicamente, o ambiente organizacional tem recusado o indivíduo multidimensional ao *estipular condutas que implicam apenas uma fatia psicológica da pessoa*, exigindo que o indivíduo se despersonalize ao colocar de lado certas partes de si mesmo para desempenhar papéis organizacionais Allport (apud Katz & Kahn, 1987, p.67). O elevado grau de dependência que as sociedades têm do capital, reduz o homem a viver de acordo com as conveniências das regras do mercado, reprimindo a manifestação dos seus talentos, habilidades e potencialidades. Entretanto, não se deve perder de vista que “organizações são fantasmas, abstrações, não possuem em verdade capacidade de agir. Concretos, só os indivíduos, que agem por elas e em seu nome” (Ramos, 1989, p. 69)

Por insistir em continuar adotando o “modelo colonial” de desenvolvimento econômico, fica-se exposto à nova montanha-russa do comércio mundial, vulnerável aos súbitos deslocamento dos investimentos, às oscilações cambiais, aos saltos das taxas de juros e à concorrência por menores salários. Entretanto, já se encontram evidências de que a ênfase do modelo colonial desloca-se agora “para um modelo no qual a educação e o investimento nos cidadãos

são vistos como um novo caminho para o desenvolvimento” (Henderson, 1991, p. 94).

Pode-se inferir que esse *deslocamento* do modelo colonial consiste em uma força propulsora à aquisição intencional de conhecimentos através da experiência orientada. Trata-se de um impulso para adquirir instrução, por meio da qual o indivíduo se capacite a polarizar os ensinamentos das ciências à consecução dos seus objetivos. Educar-se para obter resultados numa economia na qual o conhecimento gere riquezas, numa dimensão mais evoluída do que esta que estamos experimentando há três séculos e que têm sido objeto de crítica e rejeição.

A AQUISIÇÃO INTENCIONAL DE CONHECIMENTO E A MULTIDIMENSIONALIDADE HUMANA

As considerações feitas até este ponto constituem alguns aspectos da realidade forjada pela competição econômica global por mercados, tecnologia, capital, recursos humanos e naturais. Não será facilmente modificada porque traz consigo o poder hipnotizador do dinheiro, em nome de quem se exercita a arrogância de políticas contraditórias onde muitos perdem e poucos ganham.

Não há razão para esperar uma mudança na tendência de se monetarizar cada vez mais a atividade humana e de inseri-la na economia principal. Também não se deve alimentar a visão ingênua de que, no atual estágio do modelo econômico, as sociedades sejam capazes de “descartar completamente as atividades de natureza econômica porque certo grau de hierarquia e coerção será sempre necessário para a ordenação dos negócios humanos, como um todo. No âmbito e seus respectivos enclaves, as economias burocratizadas podem-se tornar mais produtivas para seus membros e para os cidadãos em geral” Ramos (1989, p. 150).

Ainda que esta seja uma realidade produzida por instituições e organizações, habilmente reproduzida e sedimentada pela educação, por contraditório que seja, está na própria educação a chave para modificar essa rea-

lidade, i.e., instruir os indivíduos para que dêem sentido à vida. Uma educação relevante para as experiências individuais e associadas capaz de “transformar a espécie humana em verdadeira humanidade” (Morin, 2000, p.78). É relevante considerar que em uma sociedade instruída, “a educação terá que transmitir *virtude* ao mesmo tempo em que ensine habilidades necessárias para se agir com eficácia” (Drucker, 1993, p.210 e 211).

A educação é o recurso mais completo de que se dispõe para perceber criticamente a realidade e modificá-la. Neste caso, tomando o modelo econômico mais produtivo para as sociedades. A escassez de educação e meios para instruir os indivíduos mantém fragilizados os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que para o mercado são regiões fornecedoras de mão-de-obra não especializada de baixo custo. Por estarem em desvantagem em relação aos povos das nações industrializadas, concentram energias para satisfazer necessidades básicas, distanciando-se da possibilidade de gerar os benefícios da cidadania. Vivem sob “a cultura do silêncio que nasce da relação do Terceiro Mundo com a metrópole” (Freire, 1980, p.64). Estão conformados à pobreza, engessados e excluídos por um atraso intelectual brutal. Experimentam uma realidade onde lazer, educação e saúde, por exemplo, jamais foram “consideradas necessidades econômicas” (Drucker, 1993, p.152).

Ao mesmo tempo em que os ventos da modernidade aumentam a dualização da sociedade entre ricos e pobres, mais e mais se difunde que a educação é um dos recursos para superar essa dualização. É esta a experiência dos países mais desenvolvidos, cujo acesso à instrução e educação tem permitido que o indivíduo salte da condição de *mão-de-obra* para ser *cérebro de obra*. Não é demais insistir na moderna concepção de *capital intelectual*, que aponta para o conhecimento como expressão dominante na economia, nas empresas e no trabalho. “O conhecimento tornou-se um recurso econômico proeminente –

mais importante que a matéria-prima; mais importante, muitas vezes, que o dinheiro. Considerados produtos econômicos, a informação e o conhecimento são mais importantes que automóveis, carros, aço e qualquer outro produto da Era Industrial” (Stewart, 1998, p.5). O indivíduo continua a trocar seu *saber* por salário, mas com mobilidade para atuar em qualquer espaço organizacional onde seu saber seja requerido. Assim como o capital possui mobilidade (pode ser canalizado para onde obtiver maior rentabilidade), também a educação propicia mobilidade ao indivíduo.

A este respeito, é esclarecedor transcrever Drucker (1993, p.154):

o trabalhador intelectual está ciente que o seu conhecimento, ainda que não muito avançado, lhe confere liberdade de movimento (...) Trabalhadores nestas condições não estão na dependência de um único empregador. Praticamente todas as instituições precisam deles de uma maneira ou de outra. Seus conhecimentos possuem uma infinidade de aplicações (...) o fundamental não será a instituição para qual trabalham, e sim o seu conhecimento e a sua especialização.

É pela aquisição intencional de conhecimento que o indivíduo identifica em si múltiplas possibilidades e se reconhece humano. “O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la” (Freire, 1980, p.40). Aprendendo, descobre que pode modificar a realidade modificando-se. E sabe que todo conhecimento o qualifica para enxergar o mundo e, ao enxergá-lo, sobreviver na diversidade. Pode ser capaz de contribuir para a reconstrução da sociedade ao “civilizar nossas teorias, ou seja, desenvolver nova geração de teorias abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocríticas, aptas a se auto-reformar” (Morin, 2000, p.32).

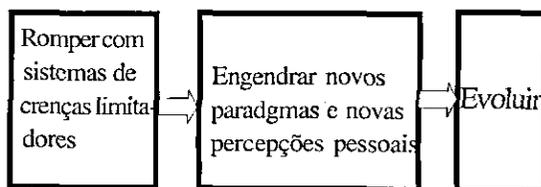
Concepções dessa natureza induzem a pensar em aprendizagem como reunião e organização dos “conhecimentos dispersos nas ciências da natureza, nas ciências humanas, na literatura e na filosofia, e põe em evidência o elo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo que é humano” (Morin, 2000, p.25), ainda que os currículos escolares dificultem a possibilidade de fazer conexões, ensinando a ver o homem e o mundo fragmentados.

A advertência de Drucker (1993, p.199) é que “precisamos repensar a fundo o que significa ser uma pessoa instruída (...) muitas das tradicionais disciplinas escolares estão se tornando estereis, ou mesmo obsoletas. Portanto, haverá mudanças também *no que* nós aprendemos e ensinamos e até mesmo *no que* nós entendemos por conhecimento”.

Pensa-se em um princípio unificador que integre ciência e princípios éticos de modo inteligente, onde o saber promova um salto evolutivo na existência humana para:

- § romper com a visão tradicional de natureza humana separada da natureza planetária – visão holística;
- § servir como instrumento à expressão do potencial humano;
- § possibilitar interações entre o indivíduo e o espaço sócio-cultural;
- § estimular o autodesenvolvimento como forma de reduzir a sub-utilização da capacidade cerebral;
- § educar para a equifinalidade – é possível alcançar objetivos definidos pela utilização de diferentes métodos ou partindo de diferentes condições iniciais;
- § ampliar sua percepção para:

Quadro 1 -



Quadro 3 -

VALORIZAÇÃO DA ESCASSEZ NO DESEMPENHO PROFISSIONAL

Uma educação desejável à formação de indivíduos capazes de gerenciar contínuas mudanças sem perder de vista a compreensão humana, deve possibilitar a interferência do ser humano no espaço planetário, sem perda das suas características pessoais, sua individualidade e o modo como significa sua percepção do mundo. Deste modo a aquisição intencional de conhecimentos passa a ser determinada pelas muitas experiências associadas ao “todo” que compõe os conhecimentos. Além disto, estimula o compartilhamento de conhecimentos entre pessoas e amplia a possibilidade de solucionar problemas, experimentar novas abordagens, aprender a aprender com as experiências e práticas individuais e coletivas.

É necessário que a educação facilite a valorização de qualidades escassas, tanto nos aspectos da vida humana associada, quanto nos aspectos do desempenho profissional. De um modo geral, a educação tem enfatizado a predominância da racionalidade ao privilegiar a padronização da aprendizagem, o materialismo aquisitivo, a fragmentação do conhecimento, o “ter” mais do que “ser”. Entretanto, ela pode também enfatizar o aprendizado sob diferentes perspectivas, auxiliando o indivíduo a manifestar valores pessoais e sociais que contribuam para dar sentido à vida, sugeridos nos quadros 2 e 3.

Quadro 2 -

VALORIZAÇÃO DA ESCASSEZ NA VIDA HUMANA ASSOCIADA

Abundância	Escassez
Padronização Globalização Virtualização Apelos externos Dispersão Masculino Material	Personalização Localização Contato físico Isolamento Dedicção Feminino Espiritual

Abundância	Escassez
Habilidade	Competência
Saber fazer	Aprender a aprender
Disciplina	Auto controle
Obediência	Iniciativa
Seguir regras	Lidar com surpresas
Reação	Ação
Memorização	Raciocínio
Execução	Diagnóstico
Concentração	Atenção
Formação Escolar	Formação contínua
Individualismo	Coletivismo
Isolamento	Comunicação

Preparar o ser humano para expressar sua humanidade, pensar seu próprio pensamento e contribuir para a compreensão da sua multidimensionalidade, constitui tarefa para muitos no âmbito da sociedade do conhecimento. São necessários o estabelecimento de vínculos intercontinentais de solidariedade e compreensão mútuas para que ocorram mudanças construtivas, no sentido de que se oportunize, por meio da educação, a manifestação dos valores escassos, porque o mundo tem necessidade de pessoas:

- com sólida educação e desejo de aprender continuamente;
- competentes naquilo que fazem;
- motivadas pelo desejo de crescer e motivadas pela satisfação pessoal;
- capazes de pensar e agir de modo cooperativo e ecológico tendo a ética como mediadora;
- com determinação, visão, intuição e criatividade;
- cujas crenças e valores sirvam de inspiração e referência;

- cujas iniciativas sejam socialmente responsáveis.

São virtudes dessa natureza que nos remetem à multidimensionalidade, compreendendo-a como manifestação de atributos humanos que não diluem nem fragmentam o conhecimento em parcelas. Pode-se então perguntar: como o indivíduo percebe e integra as várias funções em sua vida, de modo a poder expressar suas múltiplas possibilidades? Dentre as muitas respostas possíveis, certamente é a oportunidade de acessar à instrução e conhecimento que lhe proporcionem sentido à vida, despertando suas faculdades e poderes criadores para torná-lo consciente das suas múltiplas possibilidades individuais, com as quais possa interferir no tecido social.

Capra (1982: p. 289), também responde o questionamento, considerando:

Como seres humanos, moldamos nosso meio ambiente com muita eficácia porque somos capazes de representar o mundo exterior simbolicamente, pensar conceitualmente e comunicar nossos símbolos, conceitos e idéias. Fazemo-lo com a ajuda da linguagem abstrata, mas também de modo não-verbal, através da pintura, música e outras formas de arte. Ao pensarmos e nos comunicarmos, tanto lidamos com o presente como nos referimos ao passado e antevemos o futuro, o que nos dá um grau de autonomia muito superior a tudo o que se observa em outras espécies. O desenvolvimento do pensamento abstrato, da linguagem simbólica e de várias outras capacidades humanas depende crucialmente de um fenômeno que é característico da mente humana. Os seres humanos possuem consciência (...)

A multidimensionalidade pode ser explicitada contrapondo-a à hiperespecialização que obsta a percepção global, posto que frag-

menta o conhecimento em parcelas. Quaisquer problemas só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos; e o próprio contexto desses problemas deve ser posicionado, cada vez mais, no contexto planetário (Morin, 2001). Segundo o autor, o acesso a uma educação rica e variada evita a unidimensionalização do conhecimento, que limita a reflexão e a análise crítica dos fenômenos observados.

Não se pode afirmar que recomendações como estas reúnem em si próprias a capacidade de arrefecer o impacto do chicote econômico, mas certamente contribuem para proporcionar ao indivíduo uma percepção consciente da sua realidade e o que nela pode ser modificado, tornando mais transparentes as lentes através das quais vê o mundo e vê a si mesmo no mundo.

Por outro lado, a crença de que os imperativos de uma ordem econômica apenas utilitária são capazes de forjar uma sociedade que funcione adequadamente, sem equilibrá-los com a multidimensionalidade humana, certamente manterá uma visão incompleta e equivocada da realidade, dificultando o aprendizado de que a dinâmica do crescimento econômico deve necessariamente contemplar o crescimento do indivíduo e da sociedade.

CONCLUSÃO

Se o atual paradigma econômico ergue obstáculos à cidadania e sua prática diminui a existência de expressiva parcela da humanidade, pode-se inferir que sua racionalidade não leva a decisões sábias do ponto de vista humano, ecológico, institucional, da dependência econômica e do mercado globalizado. Também não é um bom guia da jornada humana no planeta, uma vez que promove a dualização da sociedade entre uma minoria abastada e uma maioria pobre.

O paradigma econômico avançou em direção ao mercado globalizado, que pode ser identificado como uma nova fase da economia mundial, contemplando as estratégias das na-

ções mais ricas para firmar compromissos internacionais que possam garantir sua supremacia. Dominam a complexa arquitetura do sistema comercial internacional ainda presas à prática colonialista de exploração predatória, indiferentes à degradação ambiental e o crescimento dos contingentes de miseráveis do planeta. Certamente, suas ações poderão proporcionar uma nova e mais gratificante ordem social, acrescentando às suas práticas virtudes como a honestidade e o interesse pelo bem comum, globalizando o acesso à instrução, à saúde, às tecnologias, ao trabalho e renda. Isto significa que o modelo econômico pode dar um salto evolutivo, saindo do campo da exploração predatória para promoção da colaboração internacional e a solidariedade entre os povos, criando e disseminando conhecimentos, integrando os conhecimentos já existentes e aplicando esses conhecimentos em benefício de todos.

Subjacente ao salto evolutivo proposto, está o uso do conhecimento de modo responsável para civilizar nossas leis, compatibilizando-as com a necessária responsabilidade social, aqui entendida como o respeito ao ser humano, aos valores éticos e ao meio ambiente. A idéia é que a condição humana - o estar no mundo - seja a credencial para que todo indivíduo possa utilizar-se dos benefícios que destacam a sociedade humana como *civilização*, de modo que possa expressar seus poderes criadores em níveis superiores de realização.

As possibilidades de acesso à instrução e educação que favoreçam a manifestação da multidimensionalidade humana, certamente capacitarão os indivíduos a remover obstáculos que impeçam a manifestação das suas potencialidades. Se atualmente o sistema de mercado representa um obstáculo à manifestação da multidimensionalidade humana, deve evoluir, modificando suas regras no sentido de humanizar as relações entre os homens e as nações e acolhendo o ilimitado potencial humano para novas descobertas, novas tecnologias e novas organizações sociais.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Índice de Desenvolvimento Humano-IDH: I levantamento da ONU que mede índice de qualidade de vida em 161 países, com parâmetros de riqueza e pobreza. Os 21 países com IDH elevado são, pela ordem: Noruega, Austrália, Canadá, Suécia, Bélgica, EUA, Islândia, Holanda, Japão, Finlândia, Suíça, Luxemburgo, França, Reino Unido, Dinamarca, Áustria, Alemanha, Irlanda, Nova Zelândia, Itália, Espanha.
2. G7: Grupo dos sete países mais industrializados: Canadá, EUA, Japão, França, Alemanha, Inglaterra, Itália.
3. União Européia: população de 400 milhões, é formada por 12 Estados membros da UE (Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Portugal, Irlanda e Grécia). Formando o Bloco Europeu, integram-se 6 membros da EFTA (Áustria, Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia e Suíça).
NAFTA: população de 410 milhões, é formado pelo Canadá, Estados Unidos, México.
4. ONU-Organização das Nações Unidas. UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. OMS-Organização Mundial da Saúde. UNEP-Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente. OIT-Organização Internacional do Trabalho. FMI-Fundo Monetário Internacional.
5. *Industrialismo* inglês do século XVIII: Revolução Industrial na Inglaterra, por volta de 1760.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTALANFFY, L. V. *Teoria geral dos sistemas*, 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1975.
- DRUCKER, P. *As novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo*, 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

- FREIRE, P. *Conscientização – teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.
- GALBRAITH, J. K. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- HENDERSON, H. *Transcendendo a economia: uma visão integrada dos paradigmas emergentes transformando, pela essência, nossa concepção de governo, política, educação, empresa, trabalho e vida em sociedade*. São Paulo: Cultrix-Amama, 1991.
- IBGE. Internet: <http://www.ibge.gov.br>. Informação capturada em junho de 2001.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 09 abr.1998. Seção Opinião Econômica.
- _____. São Paulo, 16 set. 2000. Caderno Economia.
- _____. Qualidade de vida. São Paulo, 10 jul.2001 Caderno Especial.
- JORNAL GAZETA MERCANTIL. 12 set. 2000. Caderno Economia.
- KAHN, R. L. & KATZ, D. *Psicologia social das organizações*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- LUX, K. *O erro de Adam Smith: de como um filósofo moral inventou a economia e pôs fim à moralidade*. São Paulo: Nobel, 1993
- MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: UNESCO-Cortez, 2000.
- _____. *A cabeça bem-feita*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.
- PENA, M.V.J. Economia e política no pensamento de Alberto O. Hirschman: uma análise de três textos. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 7, n. 1, jan.-mar. 1987.
- RAMOS, A.G. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. São Paulo: FGV, 1989.
- _____. *Administração e contexto brasileiro*. São Paulo: FGV, 1983.
- REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA. São Paulo, Editora 34, 1987.
- REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, v.55, n.4, abr. 2001.
- REVISTA O BRASIL ENVIDADO. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- STEWART, T.A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. São Paulo: Campus, 1998.